

LAMA EM LINHARES: fundo privado permitiria ações mais rápidas para a execução das medidas necessárias para a recuperação do Rio Doce, segundo o procurador-geral do Estado, Rodrigo Rabelo

Fundo bilionário para recuperar o Rio Doce

O NÚMERO

20

BILHÕES DE REAIS

FOI O VALOR PEDIDO À SAMARCO EM AÇÃO JUDICIAL PARA A RECUPERAÇÃO DO RIO DOCE

Além da Samarco, as empresas Vale e BHP também vão participar de acordo para reparar danos causados pelo rompimento de barragem

Daniel Figueredo

A Samarco e as controladoras da mineradora, Vale e BHP Billiton, aceitaram negociar o fundo de recuperação do Rio Doce, como proposto em ação judicial feita pelos governos dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais e governo federal.

A negociação dos detalhes do acordo deve começar hoje, em Belo Horizonte, Minas Gerais, conforme explicou o procurador-geral do Estado, Rodrigo Rabelo.

“Definimos duas diretrizes na reunião de hoje (ontem). A primeira é que os recursos serão geridos por uma fundação de interesse privado. A outra diretriz é que o aporte de recursos será feito pelas empresas Samarco, Vale e BHP.”

Ele explicou que a fundação controlaria os recursos do fundo sob supervisão dos governos. A gestão dos recursos seria feita por meio de um conselho, que seria formado pelos comitês de bacia hidrográfica, membros da sociedade civil e de universidades.

“O fundo privado nos permitiria ter ações mais rápidas para a exe-

cução das medidas necessárias para a recuperação do Rio Doce. Os governos entrariam como órgãos de supervisão.”

Segundo Rabelo, o acordo será feito dentro do âmbito da ação judicial protocolada na Justiça Federal, onde os governos pediram, pelo menos, R\$ 20 bilhões para a recuperação ambiental e social da bacia do Rio Doce. Uma decisão obriga a Samarco a depositar antecipadamente R\$ 2 bilhões.

“Se fechado o acordo, ele pode se transformar na decisão judicial, sendo uma obrigação de cumprimento das empresas. Vamos trabalhar para conseguir que o acordo seja concluído até a próxima segunda-feira, quando outra reunião será realizada em Brasília.”

Em reunião realizada ontem, o presidente da Vale, Murilo Ferreira, sinalizou à presidente Dilma Rousseff a intenção do diálogo para a negociação do cumprimento das ações, com prazo de recuperação de 10 anos.

Também estiveram na reunião em Brasília o governador do Estado, Paulo Hartung, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, além de ministros, procuradores-gerais dos Estados e outras autoridades.

Segundo o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, os valores dependem do que pode ser apresentado pela empresa.

“O valor de R\$ 20 bilhões é uma estimativa. Não existe número certo, pode ser mais.”

“Vamos detalhar as diretrizes do acordo a partir de amanhã (hoje). Vamos sentar para estabelecer o cronograma de execução das ações para recuperação do Rio Doce”

Rodrigo Rabelo, procurador-geral do Estado



LEONARDO DUARTE - 18/12/2014



AGÊNCIA ESTADO - 29/11/2015

LAMA AVANÇOU NO MAR DE REGÊNCIA e comprometeu fauna e flora, além de atividades de pesca e surfe na região

Empresas vão apresentar planos de emergência

O governo federal estabeleceu prazo de 15 dias para todas as mineradoras apresentarem cópias do Plano de Ação de Emergência de Barragem de Mineração.

A portaria do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) prevê a possibilidade de interdição das barragens que não cumprirem o prazo, como medida preventiva.

A portaria, que foi publicada ontem, prevê que os documentos devem ser entregues às prefeituras e Defesas Cívicas municipais e estaduais.

No último dia 12, a Samarco entregou, com atraso, o plano de emergência ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em processo que investiga quais são os motivos da ruptura da barragem de rejeitos de mineração.

Em avaliação do relatório, o Ministério Público de Minas Gerais considerou o plano de emergência apresentado insuficiente.

A mineradora Samarco foi procurada para se pronunciar na tarde de ontem, mas não respondeu aos contatos até o fechamento da edição.

SAIBA MAIS

Até 10 anos para executar ações

Fundo privado

> **UMA AÇÃO JUDICIAL CONJUNTA** foi proposta pelos governos dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais e pelo governo federal. Nessa ação, foi feito pedido para que um fundo de R\$ 20 bilhões fosse criado para a recuperação socioambiental do Rio Doce. O plano seria executado em 10 anos.

> **HOJE, EM BELO HORIZONTE**, começam as reuniões para negociar os termos do plano de recuperação. Segundo informou o procurador-geral do Espírito Santo, Rodrigo Rabelo,

há intenção de fechar os termos do acordo até a próxima segunda-feira, quando uma nova reunião com o governo federal deve ser realizada.

Rompimento

> **A BARRAGEM** da Samarco, em Mariana, se rompeu em novembro do ano passado e despejou 50 bilhões de litros de lama no Rio Doce. Várias cidades ficaram sem abastecimento de água e muitos peixes morreram. Os motivos do rompimento ainda não foram esclarecidos.

Minas deu “cheque em branco”, diz promotor

O promotor de Justiça Mauro Ellovitch afirmou que Minas Gerais deu um “cheque em branco” à Samarco ao aprovar o licenciamento para a instalação da barragem de Fundão, sem a apresentação do projeto executivo.

Segundo a investigação do Ministério Público de Minas Gerais, documentos do processo de licenciamento mostram que a Samarco entregou apenas dados básicos do projeto, que foram considerados suficientes pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) de Minas Gerais. “Já foram apontadas falhas graves, licenciar sem projeto executivo é uma falha grave.”

O Ministério Público também detectou um relatório produzido pela VogBR, empresa contratada pela Samarco. No relatório, foi apontado que, desde 2013, a proximidade com uma pilha de materiais descartáveis da Vale causava riscos à barragem de Fundão. Segundo o Ministério Público, a existência do relatório aponta que a Samarco já havia sido alertada.

AGÊNCIA ESTADO - 09/01/2016



DESTRUIÇÃO em Bento Rodrigues